

PARTE I

PERCURSOS INTRODUTÓRIOS

Considerações sobre a carta privada: deslocamentos necessários

Propomos, neste livro, analisar as cartas privadas de Mário de Andrade, Carlos Drummond de Andrade, Sigmund Freud, Lúcio Anneo Sêneca e John Wesley sob o viés da análise do discurso, mais especificamente pelos pressupostos de Dominique Maingueneau (2012) para uma análise do discurso literário.

Nesse sentido, estudar as cartas privadas dos autores em questão se justifica pela importância delas, em certa medida, para a constituição e a legitimação dos posicionamentos, modernista, psicanalista, estoico e metodista de Mário e Drummond, Freud, Sêneca e John Wesley, respectivamente. Assim, tais epístolas podem ser consideradas, dadas as devidas proporções, uma forma de gestão de posicionamentos, além de funcionarem como prática discursiva singular engendrada dos referidos autores consagrados e inscritos, na mesma ordem, nos campos literário, científico, filosófico e religioso. Além disso, as missivas, como veremos nas análises, legitimam e constituem as condições de produção e, de igual modo, estas últimas formam os processos de criação.

Para desenvolver a proposta deste livro, foi preciso realizar deslocamentos em relação a algumas postulações de Dominique Maingueneau, sobretudo quando aborda as cartas privadas. Na maioria dos trabalhos do autor, a carta privada é considerada apenas um hipergênero ou cenografia de “gêneros [do discurso] não epistolares que visam agir sobre o espaço público” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 120).

Na obra “Discurso e análise do discurso”, por exemplo,

Maingueneau (2015) afirma que a carta e outras categorias como o diálogo e o diário não podem ser consideradas um gênero de discurso: um dispositivo comunicacional com fortes restrições sócio-históricas. De acordo com o autor, a carta seria categorizada adequadamente como um “hipergênero”, uma vez que não sofre restrições sócio-históricas fortes e enquadra, apenas, uma larga faixa de textos, com a possibilidade de ser usada durante longos períodos e em vários países.

Diante disso, as restrições de ordem sócio-histórica e impostas sobre a carta são muito pobres:

Quando se concebe o gênero de discurso como um dispositivo de comunicação sócio-historicamente definido, algumas categorias que se chamam frequentemente de “gêneros” (diálogo, carta, jornal, relatório...) suscitam problemas. Elas parecem de fato independentes de um momento ou de um lugar preciso e recobrem práticas heterogêneas [...]. Para esse tipo de fenômeno, é preferível falar de hipergênero (Maingueneau, 1998b). Um “hipergênero” não é um gênero de discurso, mas uma formatação com restrições fracas que pode recobrir gêneros muito diferentes. Alguns hipergêneros, como o diálogo, o jornal ou a carta são, antes de tudo, modos de apresentação formal, de organização dos enunciados: eles restringem frouxamente a enunciação (MAINGUENEAU, 2015, p. 128-130).

Rezende (2017, p. 20-21), no trabalho “Hipergênero e sistema de hipergenericidade: análise do funcionamento discursivo do Facebook”, ao descrever e categorizar o funcionamento discursivo da rede social *Facebook* e a partir dos postulados da análise do discurso de Maingueneau, apresenta um percurso teórico esclarecedor que distingue gênero de discurso e hipergênero:

Para Maingueneau, como se vê, o hipergênero não pode ser tomado como um dispositivo de comunicação sócio-historicamente definido, como é o gênero do discurso (especialmente aqueles que são classificados pelo autor como gêneros instituídos), mas como

um modo de organização da fala que sofre coerções enunciativas mais fracas. Isso porque quando a enunciação se origina de um dispositivo sócio-historicamente definido, como é o caso do gênero do discurso, entre outras coisas, é (quase) possível entrever como serão preenchidos os papéis dos interlocutores na enunciação em curso. No entanto, de acordo com Maingueneau, quando um hipergênero é mobilizado na enunciação, o que está em jogo é como o que é dito é semantizado, ou seja, o modo de dizer e de formatar os conteúdos que são enunciados.

Segundo Maingueneau (2008a), no texto “Cenografia epistolar e debate público” da obra “Cenas de enunciação”, as cartas, principalmente as privadas, são classificadas como hipergênero ou cenografia, e não como gênero do discurso. O autor também mobiliza dois gêneros de discurso que suscitam o debate público de ideias: os Provinciais de Pascal (libelos religiosos) e o programa apresentado por François Mitterrand na candidatura à reeleição da Presidência da República da França em 1988, a fim de justificar que as missivas privadas funcionam como cenografia ou hipergênero.

O referido autor mobiliza as cartas públicas e abertas para diferenciá-las das privadas, ao considerá-las gêneros próximos do conversacional e que encenariam cenografias de correspondências privadas:

Neste capítulo, abordarei a carta não como gênero de discurso, mas como cenografia de carta privada, mobilizada por discursos que pertencem a outros gêneros. Não tratarei de quaisquer gêneros, mas daqueles que se ligam a debates públicos. Logo, será necessário levar em consideração a distância constitutiva entre o caráter privado da relação epistolar e o caráter público de seu modo de existência discursiva (MAINGUENEAU, 2008a, p. 115).

Ao diferenciar a carta privada de outras públicas e abertas, Maingueneau (2008a) afirma que o adjetivo “pública” se refere àquelas produzidas para serem difundidas em uma ampla

coletividade, sem se direcionarem a um indivíduo ou a um grupo de sujeitos. Além disso, este tipo de carta visa participar de um debate público ou inaugurar um:

No caso de cenografia epistolar associada a cenas genéricas, não basta considerar uma carta pública como sendo uma carta privada desviada e dirigida a um vasto público; trata-se, antes, de uma encenação pública da relação epistolar em um fenômeno de dupla enunciação que pode assumir formas muito diversas (MAINGUENEAU, 2008a, p. 134).

Ademais, para o autor, as cartas públicas abertas possuem uma cena genérica epistolar. Nessa categorização, procura-se intervir nos debates públicos, pois ela, segundo Maingueneau (2008a), se endereça, ao mesmo tempo, a dois destinatários: i) a um destinatário atestado (aprovado); e ii) ao público leitor da publicação.

O exemplo do autor é o *J'accuse* (“Eu acuso”), de Émile Zola e publicado, à época, no jornal republicano *L’Aurore* (“A Aurora”). Tal missiva é direcionada ao presidente da República Francesa, Felix Faure: “Assim, ‘Eu acuso’ é dirigido a um destinatário atestado, o presidente da República (de onde o subtítulo ‘Carta ao presidente da República’), mas também aos leitores de ‘A Aurora’ e, para além deles, ao conjunto da opinião” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 122).

Diante dos aspectos levantados, após a apresentação das considerações de Maingueneau sobre as cartas públicas, abertas e privadas, com destaque às últimas, e por entendermos que o autor é categórico ao afirmar que esse tipo de missivas funciona somente enquanto hipergênero ou cenografia, propomos o seguinte deslocamento de perspectiva: se as cartas privadas de Mário, Drummond, Freud, Sêneca e John Wesley representam práticas discursivas de identidades criadoras expressivas, respectivamente, dos campos literário, científico, filosófico e religioso, nas quais buscavam se constituir nos referidos campos enquanto autores

legítimos e, ao mesmo tempo, formar posicionamentos específicos (modernismo, psicanálise, estoicismo e metodismo), consideramos as cartas privadas um gênero de discurso, isto é, dispositivo comunicacional sócio-historicamente definido, e não como um hipergênero – neste último caso, as restrições sócio-históricas impostas sobre a carta privada de autores consagrados são vistas como fracas.

Nesse ínterim, é necessário esclarecer que, apesar de o *corpus* de análise ser compilado na forma de coletâneas, verificamos as cartas privadas dos autores consagrados em questão sob o ponto de vista do núcleo de sua valência genérica e conforme o modo de existência comunicacional primeiro dessas missivas, ou seja, enquanto epístolas privadas que, *a priori*, foram escritas por remetentes específicos, direcionadas a destinatários específicos e que circulam como correspondências privadas.

Assumimos que, por serem cartas privadas de autores reconhecidos como tais em seus respectivos campos discursivos, elas cumprem o papel de gestão das condições de produção, como será possível perceber nas análises que foram realizadas neste livro. Por meio delas, delimitam-se os rumos do modernismo brasileiro, da psicanálise na Europa, do estoicismo no Império Romano e do metodismo na Inglaterra, além de reforçarem os laços entre os integrantes das respectivas comunidades discursivas.

Nas condições definidas neste livro, uma de nossas hipóteses centrais é de que as cartas privadas de Mário, Drummond, Freud, Sêneca e John Wesley conseguem assumir a configuração de uma cena genérica (gênero do discurso) e da instância enunciativa legitimadora dos posicionamentos específicos (modernismo, psicanálise, estoicismo e metodismo). Há a hipótese de que as cartas privadas desses autores, enquanto cena genérica, funcionam

como um embreante paratópico¹, por meio do qual se constituem tanto os posicionamentos específicos de tais sujeitos, quanto suas identidades criadoras e produções dos espaços canônico e associado².

Esse ponto central é uma de nossas contribuições para o quadro teórico-metodológico postulado por Maingueneau (2012) em “Discurso literário”, visto que o gênero do discurso (cena genérica) pode se configurar como um quarto embreante paratópico possível – aqui, o autor concebe a existência de apenas três embreantes paratópicos: a cenografia, o *ethos* e o posicionamento na interlíngua. De fato, o deslocamento teórico empreendido para considerar as cartas privadas (ao menos de autores consagrados) como gênero do discurso (e não como hipergênero ou cenografia) afeta não apenas as formulações acerca de gênero do discurso, hipergênero e cenografia elaboradas pelo linguista francês, mas, ainda, um quadro teórico-metodológico específico (e proposto por ele) da análise do discurso literário.

Com o propósito de sustentar nossas hipóteses, objetivamos aos seguintes percursos: i) analisar como ocorre o imbricamento das três instâncias constitutivas do funcionamento da autoria (pessoa, escritor e inscritor) nas cartas privadas de Mário, Drummond, Freud, Sêneca e John Wesley; ii) verificar como se constitui a paratopia nessas missivas; e iii) observar a emergência das cenografias construídas nas referidas epístolas. Pretendemos, pois, constatar como cada autor gere suas identidades criadoras, produções do espaço canônico e associado e posicionamentos no interior dos respectivos campos discursivos em que estão inscritos.

1 Este conceito será apresentado oportunamente na sequência deste livro.

2 Tais expressões também serão abordadas *a posteriori*.

As cartas privadas: valores, normas e especificidades

Jürgen Siess (2010), na introdução do livro “Argumentation et Analyse du Discours”, reflete a respeito de missivas relevantes para a análise das cartas privadas neste livro. O autor inicia o texto com alguns questionamentos em relação ao universo epistolar, com problematizações sobre o fato de a epistolografia ser um laboratório, na qual os valores podem retomar outros existentes ou propor novos. Além disso, o autor discute em que medida as missivas se torna um lugar em que valores são negociados e debatidos. Esses questionamentos são essenciais para refletirmos de que forma os valores se integram no discurso epistolar como prática discursiva singular.

Segundo Siess (2010), os valores não são dados *a priori* ou se referem a enunciados estáveis, mas sim a coisas ofertadas ao tratamento e à manipulação. Dessa maneira, se constituem como um elemento no interior de qualquer prática discursiva que o configura e o faz circular de fato. O pensador cita que o valor não é uma regra marcada sobre um quadro ou astro específico do sistema estelar, tampouco algo dado como absoluto.

Ainda de acordo com Siess (2010), o caráter móvel e variável dos valores aparece com mais nitidez quando se trata de elementos “concretos”, isto é, de qualidades que distinguem um indivíduo, grupo, nação (por exemplo, a extrema-direita, a França etc.) ou até mesmo o ser humano como tal. Tais valores são diferentes daqueles “abstratos” como a liberdade, a igualdade e a fraternidade, que implicam um sistema de crenças a serem valorizados aos olhos de todos, ao aspirar a um alto grau de estabilidade, o que não exclui o fato de que os valores são objetos de negociações. Por exemplo, se cada um dos participantes considerasse a liberdade como parte integrante de um modelo de crenças inegociáveis, seria também possível ao interlocutor questionar a liberdade como valor tomado

em um sentido particular e objeto de um debate:

Sabe-se o quanto é complexa a questão dos valores. As acepções de sentidos desse termo diferem de uma disciplina à outra, da filosofia à teoria da argumentação e da sociologia, de Scheler ou Von Wright à Perelman et Rezsosazy. Atualmente, a acepção ética parece prevalecer na maior parte do tempo – “bom”, “justo”; “bem” versus “mal”. Todavia, o sentido epistemológico – “verdadeiro” versus “falso” – mantem-se presente (Tappolet 2000). Se se pensa uma análise da relação, na filosofia entre valores e emoções (Tappolet), e na linguística, entre o axiológico e o afetivo (Kerbrat), ela é, entretanto, abstraída da base social dos discursos. Parece que o sentido idealista e afirmativo de “valor” reteve-se em detrimento do sentido material, sentido este que já foi posto anteriormente e problematizado por Marx, e que foi retomado por seus sucessores (consultar, p. ex., Backhaus 1969, Gabel 1969) (SIESS, 2010, p. 3)¹.

Nesse texto, Siess (2010) demonstra que a carta tomada enquanto laboratório, em que valores são questionados ou elaborados, é fundada por meio de três princípios constitutivos da epistolografia em suas diversas formas genéricas: i) oferece mais possibilidades que outros gêneros para compartilhar ou questionar algo e propor valores, por estabelecer um diálogo com um destinatário; ii) na correspondência privada/íntima, o locutor-remetente tem liberdade para se expressar, engajar um diálogo íntimo com seu correspondente e confiar nele de modo mais livre; e iii) quando a missiva privada/íntima é entregue à publicação, ela leva um auditório mais amplo a participar na coconstrução ou

1 Tradução nossa do original em francês: « *On sait combien la question des valeurs est complexe. Les acceptions de sens de ce terme diffèrent d'une discipline à l'autre, de la philosophie à la théorie de l'argumentation et à la sociologie, de Scheler ou Von Wright à Perelman et à Rezsosazy. De nos jours, l'acception éthique semble prévaloir la plupart du temps – “bon”, “juste”; “bien” versus “mal”. Par ailleurs, le sens épistémologique – “vrai” versus “faux” – reste présent (Tappolet 2000). Si on trouve une analyse de la relation, en philosophie entre valeurs et émotions (Tappolet), et en linguistique, entre l'axiologique et l'affectif (Kerbrat), il y est cependant fait abstraction de la base sociale des discours. Il semble qu'on a retenu le sens idéaliste et affirmative de “valeur”, au détriment du sens matériel, sens qui a jadis été mis en avant et problématisé par Marx, et qu'ont repris ses successeurs (voir, p. ex., Backhaus 1969, Gabel 1969) » (SIESS, 2010, p. 3).*

confrontação dos valores em jogo.

PARTE II

O QUADRO TEÓRICO-METODOLÓGICO DA ANÁLISE DO DISCURSO LITERÁRIO DE DOMINIQUE MAINGUENEAU

A literatura enquanto um discurso e além, como discurso constituinte

A apresentação e a discussão, em certa medida, do quadro teórico-metodológico da análise do discurso literário proposto por Maingueneau são de suma importância para o desenvolvimento deste livro. Isso é observado, sobretudo no momento das análises, em que resgatamos pressupostos teóricos e noções suscitadas para elucidar adequadamente o funcionamento das cartas analisadas¹.

Dessa forma, Maingueneau (2008b), no livro “Gênese dos discursos”, propõe um novo objeto teórico para a análise do discurso: o interdiscurso. Este, segundo o autor, precede os discursos que, por sua vez, não são constituídos independentemente uns dos outros para depois serem colocados em relação. A identidade de cada um deles é definida na relação interdiscursiva: “Reconhecer este tipo de primado do interdiscurso é incitar um sistema no qual a definição da rede semântica que circunscreve a especificidade de um discurso coincide com a definição das relações desse discurso

¹ Temos consciência de que há outros pesquisadores, do Brasil e do exterior, que podem ser considerados comentadores do quadro-teórico metodológico proposto por Maingueneau e que cujas referências poderiam enriquecer o trabalho proposto neste livro. No entanto, empregamos o menor número de comentadores para tentar mergulhar diretamente nas proposições do referido autor, apesar de termos utilizado as traduções de suas obras para o português e correremos o risco de tornar o texto menos fluido e dialógico. De qualquer forma, o trabalho materializado nesta obra está aberto para futuras críticas e considerações.